



Prefeitura Municipal de Marco
Estado do Ceará

Ofício nº 11112025/01

Marco, 11 de novembro de 2025.

A Sua Excelência a Senhora:
Socorro Osterno Neves
Presidente da Câmara Municipal de Marco
Câmara Municipal de Marco
N/M

Senhora Presidente,

Cumprimentando-a cordialmente, e com supedâneo no art. 82, XXXII, da Lei Orgânica Municipal, sirvo-me do presente para solicitar a Vossa Excelência que seja designada data para convocação de Sessão Extraordinária nesta Casa, tendo em vista a urgência pela apreciação e deliberação da seguinte matéria:

Projeto de Lei: “ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 565, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2025, QUE INSTITUI O INCENTIVO MUNICIPAL AO COMPONENTE DE QUALIDADE DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, A FIM DE ESTABELECE O EXCEPCIONAL PAGAMENTO DO INCENTIVO EM VIRTUDE DA COMPROVADA INSTABILIDADE E INCONSISTÊNCIA DOS DADOS DIVULGADOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE”.

Reitero meus agradecimentos e apreço a esta egrégia edilidade.

Atenciosamente,

Francisco Rogério Osterno Aguiar Neto
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Marco
Estado do Ceará

MENSAGEM EM REGIME DE URGÊNCIA Nº ___, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2025.

Senhora Presidente,
Senhores Vereadores,

Dirijo-me a essa Egrégia Casa Legislativa para submeter à apreciação dos nobres edis o anexo Projeto de Lei que propõe alteração na Lei Municipal nº 565, de 13 de fevereiro de 2025, a qual instituiu o Incentivo Municipal ao Componente de Qualidade da Atenção Primária à Saúde (APS). A justificativa para esta proposição legislativa reside na necessidade imperiosa e temporária de adaptação da norma municipal a um cenário de instabilidade fática e procedimental imposto por contingências na esfera federal, as quais comprometem a aplicação literal dos critérios de avaliação originalmente estabelecidos.

A Lei Municipal nº 565/2025 foi estabelecida com o objetivo de premiar a excelência no desempenho das Equipes de Saúde da Família (eSF), Equipes de Atenção Primária (eAP), Equipes de Saúde Bucal (eSB) e Equipes Multiprofissionais (eMulti), condicionando, de forma rigorosa, o pagamento do incentivo à obtenção da classificação máxima, qual seja, o patamar “ÓTIMO”, na avaliação quadrimestral realizada pelo Ministério da Saúde. Esta exigência está clara e devidamente disposta nos artigos 7º, § 2º; 9º e 10 da referida lei, em total consonância com a sistemática de cofinanciamento federal estabelecida pela Portaria GM/MS nº 3.493, de 10 de abril de 2024. Este sistema, embora ideal em seu rigor e alinhamento com as diretrizes nacionais de saúde pública, pressupõe, como condição de sua eficácia, a fidedignidade, a tempestividade e a completeza na divulgação dos dados e resultados provindos da União, o que infelizmente não vem se concretizando.

Ocorre que, conforme noticiado pela Secretaria Municipal de Saúde, o Ministério da Saúde vem passando por um notório e reconhecido período de transição metodológica e procedimental na apuração e divulgação dos resultados de desempenho da Atenção Primária no país. Esta transição, que visa aprimorar o sistema de avaliação, tem culminado, temporariamente, na divulgação de dados



Prefeitura Municipal de Marco Estado do Ceará

incompletos, inconsistentes, desatualizados ou, em certos casos, irreais, comprometendo de forma significativa a avaliação do desempenho *in loco* das nossas equipes, cuja atuação eficiente é confirmada pelos indicadores municipais próprios de prestação de serviços e satisfação da comunidade. Esta falha na mensuração externa criou um impasse jurídico-administrativo de grande monta, impedindo a aplicação literal da lei municipal e frustrando a política de incentivo, com potencial e grave risco de desmotivação e prejuízo para os profissionais que efetivamente mantiveram um alto padrão de qualidade na prestação de serviço à população do Município de Marco.

Diante desta situação de inviabilidade prática da aplicação integral do critério "ÓTIMO", decorrente de contingências externas à administração municipal, e em estrito atendimento aos princípios constitucionais da eficiência, razoabilidade e moralidade administrativa, que impõem a continuidade da política pública de saúde e o reconhecimento justo do esforço dos servidores, submetemos à consideração desta Casa Legislativa uma alteração central de caráter transitório e excepcional, essencial para a manutenção da higidez do programa de incentivo.

A medida proposta, de aplicação singular e retroativa, refere-se ao resultado do segundo quadrimestre do exercício de 2025, que apresentou impropriedades e inconsistências, gerando apenas um resultado **transitório e incompleto**, que comprometeu a atribuição de uma classificação final fidedigna. Apesar de não ter conferido uma classificação formal, o Ministério da Saúde efetuou o repasse financeiro equivalente, no mínimo, ao patamar de classificação 'BOM', o que, somado à comprovação de um desempenho substancial e meritório por parte dos profissionais, justifica a manutenção do pagamento.

O Projeto de Lei anexo, através do art. 9º-A que se propõe a introduzir, autoriza, em caráter excepcionalíssimo, o pagamento retroativo do incentivo aos profissionais da Atenção Primária à Saúde a partir desde quadrimestre específico. Trata-se de uma medida de coerência administrativa para garantir que o incentivo, já



Prefeitura Municipal de Marco
Estado do Ceará

incorporado na legítima expectativa dos profissionais, seja mantido apesar da instabilidade pontual na fonte de dados federal, devendo tal medida perdurar enquanto o Ministério da Saúde não restabelecer a regularidade, a tempestividade e a confiabilidade de sua avaliação quadrimestral.

Em suma, a alteração proposta busca sanar uma contingência externa, mantendo inalterada a força da política municipal de incentivo à qualidade da saúde, garantindo a segurança jurídica, a tranquilidade e a valorização devida dos profissionais de nossa Atenção Primária, que são a linha de frente do serviço público municipal. A aprovação célere deste Projeto de Lei, **em regime de urgência**, é crucial para a segurança jurídica e para a eficácia contínua de nossa gestão em saúde, permitindo que os pagamentos possam ser realizados de forma retroativa ao segundo quadrimestre e que o regime mensal possa ser implementado de imediato.

Confiante na compreensão e no alto senso de responsabilidade dos Vereadores desta Egrégia Casa, reitero os protestos de estima e elevada consideração.

Paço da Prefeitura Municipal de Marco, aos 11 de novembro de 2025.

Francisco Rogério Osterno Aguiar Neto
Prefeito Municipal



Prefeitura Municipal de Marco
Estado do Ceará

PROJETO DE LEI Nº _____, DE 11 DE NOVEMBRO DE 2025

ALTERA A LEI MUNICIPAL Nº 565, DE 13 DE FEVEREIRO DE 2025, QUE INSTITUI O INCENTIVO MUNICIPAL AO COMPONENTE DE QUALIDADE DA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE, A FIM DE ESTABELECE O EXCEPCIONAL PAGAMENTO DO INCENTIVO EM VIRTUDE DA COMPROVADA INSTABILIDADE E INCONSISTÊNCIA DOS DADOS DIVULGADOS PELO MINISTÉRIO DA SAÚDE.

O **PREFEITO MUNICIPAL** faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Municipal:

Art. 1º. A Lei Municipal nº 565, de 13 de fevereiro de 2025, que institui o Incentivo Municipal ao Componente de Qualidade da Atenção Primária à Saúde, passa a vigorar acrescida de parágrafo único ao art. 9º; do art. 9º-A, e com nova redação para o art. 9º, nos termos que seguem:

Art. 9º. Os servidores terão direito ao repasse do incentivo do componente de qualidade enquanto a classificação do Ministério da Saúde for “ÓTIMO”, **ressalvado o disposto no parágrafo único e no art. 9º-A desta Lei.**

Parágrafo único. Excepcionalmente, em período de comprovada instabilidade, inconsistência ou atraso injustificado na divulgação dos dados e resultados das avaliações quadrimestrais pelo Ministério da Saúde, atestada mediante justificativa técnica da Secretaria Municipal de Saúde e após manifestação do Conselho Municipal de Saúde, o Poder Executivo Municipal poderá, temporariamente, suspender a utilização dos dados e resultados oficiais emitidos pela União e migrar para a metodologia de avaliação e pagamento prevista no art. 9º-A desta Lei, permanecendo neste Regime Transitório até que seja oficialmente atestado e comprovado o pleno restabelecimento da regularidade e da fidedignidade da fonte de dados federal.



Prefeitura Municipal de Marco
Estado do Ceará

Art. 9º-A. *Fica excepcional e singularmente autorizado o pagamento do Incentivo Municipal ao Componente de Qualidade da Atenção Primária à Saúde a partir do **segundo quadrimestre do exercício de 2025**, em decorrência da comprovada instabilidade e inconsistência na divulgação dos dados pelo Ministério da Saúde, o que impossibilitou uma classificação final fidedigna. O pagamento se justifica por ter o Município recebido o repasse financeiro federal correspondente, no mínimo, ao patamar de classificação 'BOM', atestando o desempenho meritório das equipes e garantindo a continuidade da política de incentivo e a valorização dos profissionais de saúde da Atenção Primária. Tal regime perdurará até que a Secretaria Municipal de Saúde, mediante Portaria tecnicamente fundamentada, ateste o pleno restabelecimento da regularidade, tempestividade e da confiabilidade da divulgação quadrimestral dos resultados de avaliação pelo Ministério da Saúde, momento em que a aferição municipal será imediatamente cessada.*

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, com produção de efeitos financeiros retroativos ao início do segundo quadrimestre de 2025 para a aplicação da regra disposta no art. 9º-A.

Art. 3º. Revogam-se as disposições em contrário.

Paço da Prefeitura Municipal de Marco, aos 11 de novembro de 2025.

Francisco Rogério Osterno Aguiar Neto
Prefeito Municipal